



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 29 de setembro de 2016

Número 188

ÍNDICE

PARTE C

SUPLEMENTO

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa:

Despacho n.º 11648-A/2016:

Despacho que aprova o modelo de estatutos destinado ao procedimento simplificado de reconhecimento de fundações privadas 29432-(2)

Saúde

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde:

Despacho n.º 11648-B/2016:

Designa os membros da Comissão Nacional para os Centros de Referência 29432-(3)



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

Despacho n.º 11648-A/2016

1 — As especificidades do setor fundacional, em Portugal, justificam a consagração de um procedimento de reconhecimento que permita considerar e verificar, adequadamente, o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis.

2 — Todavia, a experiência demonstrou ser possível definir um procedimento simplificado de reconhecimento de fundações privadas, assim respondendo à necessidade de encontrar mecanismos que permitam conferir maior celeridade e simplificação ao procedimento de reconhecimento de fundações privadas.

3 — Embora já legalmente previsto desde a aprovação da Lei-Quadro das Fundações, em 2012, o procedimento de reconhecimento simplificado de fundações privadas não teve aplicabilidade prática, porquanto a sua utilização dependia, entre outras condições legalmente previstas, da aprovação prévia de um modelo de estatutos, conforme resulta da alínea c) do n.º 6 do artigo 22.º, da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro, a qual não se verificou até à presente data.

4 — Importa, assim, proceder à aprovação de um modelo de estatutos a adotar pelo interessado, no âmbito do procedimento simplificado de reconhecimento de fundações privadas. O modelo agora aprovado foi elaborado em conformidade com as normas legais aplicáveis, permitindo, contudo, ao interessado, em determinadas situações, que complete o texto estatutário, de modo a exprimir a sua vontade instituidora.

5 — A adoção de um procedimento simplificado de reconhecimento de fundações privadas constitui uma importante medida de simplificação e modernização administrativa, contribuindo para a redução dos custos administrativos, burocráticos e de contexto atualmente suportados tanto pelos cidadãos, como pela Administração.

6 — O modelo de estatutos que o presente despacho aprova pretende, também, constituir uma referência para todos aqueles que lidam com o universo das fundações, mesmo nos casos em que não se aplica o procedimento simplificado, contribuindo, assim, para assegurar uma maior celeridade procedimental.

7 — Foi ouvido o Conselho Consultivo das Fundações, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 22.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.

8 — No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 6 do artigo 22.º, e de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 22.º, todos da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro, aprovo o modelo de estatutos em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante, destinado ao procedimento simplificado de reconhecimento de fundações privadas.

28 de setembro de 2016. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

Modelo de Estatutos para Reconhecimento Simplificado

Estatutos da Fundação (denominação)

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Denominação, duração, sede e âmbito de atuação

1 — A Fundação (denominação) é uma pessoa coletiva privada, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

2 — A Fundação é instituída (identificar instituidor/testador) por tempo indeterminado (se for por tempo determinado, indicar o prazo).

3 — A Fundação tem a sua sede (indicar endereço postal), freguesia de (indicar), no concelho de (indicar).

4 — A Fundação desenvolve as suas atividades (indicar âmbito territorial de atuação).

Artigo 2.º

Fins e atividades

1 — A Fundação tem por fim (descrever o fim/fins de entre o elenco do n.º 2 do artigo 3.º da Lei-Quadro das Fundações, com as limitações da alínea a) do n.º 6 do artigo 22.º da mesma lei).

2 — Para prossecução do seu fim, a Fundação propõe-se desenvolver as seguintes atividades: (indicar as atividades principais e, se for o caso, secundárias).

Regime Patrimonial e Financeiro

Artigo 3.º

Património e receitas

1 — O património inicial é constituído pelo valor pecuniário de € (indicar em numerário e por extenso), atribuído por (havendo vários instituidores, indicar o valor da dotação de cada um deles).

2 — Para além da dotação patrimonial inicial, fazem parte do património da Fundação os subsídios e outros apoios financeiros e ainda quaisquer receitas resultantes do exercício da sua atividade, assim como os bens e direitos adquiridos a qualquer título.

Artigo 4.º

Autonomia patrimonial

A Fundação goza de autonomia patrimonial podendo, com subordinação aos fins para que foi instituída e salvaguardadas as limitações decorrentes da lei:

- a) Adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis;
- b) Aceitar doações, assim como heranças ou legados a benefício de inventário;
- c) Praticar todos os atos necessários à correta gestão e valorização do seu património.

Organização e Funcionamento

Artigo 5.º

Órgãos Sociais

1 — São órgãos da Fundação:

- a) O Conselho de Administração;
- b) O Conselho Diretivo/o Diretor Executivo (É obrigatório escolher um dos dois);
- c) O Conselho Fiscal/o Fiscal Único (É obrigatório escolher um dos dois);
- d) (O Conselho Curadores — Órgão facultativo.)

2 — O mandato dos titulares dos órgãos da Fundação tem a duração de (indicar número, sugere-se quatro) anos e é renovável até (indicar número, sugere-se duas) vezes.

Conselho de Administração

Artigo 6.º

Composição e designação

1 — A administração da Fundação é exercida por um Conselho de Administração, composto por (indicar número ímpar) titulares, um dos quais é presidente, designados (indicar o modo de designação)

2 — O Presidente do Conselho de Administração é designado (indicar o modo de designação).

Artigo 7.º

Competências

1 — Ao Conselho de Administração compete a representação da Fundação, a realização dos seus fins, a gestão do seu património, bem como

deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos, de modificação e de extinção da Fundação.

2 — Compete, designadamente, ao Conselho de Administração:

- a) Programar a atividade da Fundação;
- b) Administrar e dispor do património da Fundação, nos termos da lei;
- c) Aprovar o relatório e contas do exercício, após parecer do órgão de fiscalização;
- d) Aprovar o plano de atividades e orçamento para o ano seguinte;
- e) Aprovar os regulamentos internos de funcionamento da Fundação.

3 — O Conselho de Administração pode delegar no órgão executivo o poder para praticar atos concretos, no âmbito das competências previstas nas alíneas a) e e) do número anterior.

Artigo 8.º

Funcionamento

1 — A forma de funcionamento e o regime de deliberações do Conselho de Administração são os previstos na lei.

2 — O Conselho de Administração reúne ordinariamente com periodicidade (*mensal, trimestral ou outra*) e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.

Conselho Executivo

Artigo 9.º

Composição, designação e competências

1 — Ao Conselho Executivo compete a gestão corrente e é composto por (*indicar número*) titulares, que fazem parte do Conselho de Administração (*opcional*), designados (*especificar o modo de designação*), um dos quais é presidente.

2 — O Presidente do Conselho Executivo é designado (*especificar o modo de designação*).

ou, em alternativa:

Diretor Executivo

Artigo 9.º

Designação e competências

Ao Diretor Executivo, que faz parte do Conselho de Administração (*opcional*), compete assegurar as funções de gestão corrente e é designado (*especificar o modo de designação*).

Conselho Fiscal

Artigo 10.º

Composição e designação

1 — A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por (*indicar número ímpar*) titulares, um dos quais é presidente, designados (*especificar modo de designação*).

2 — O Presidente do Conselho Fiscal é designado (*especificar modo de designação*).

3 — O exercício de funções no órgão de fiscalização é incompatível com a titularidade simultânea de cargos de administração ou de gestão corrente da fundação.

ou, em alternativa:

Fiscal Único

Artigo 10.º

Designação

1 — A fiscalização da Fundação é exercida por um Fiscal Único, designado (*especificar modo de designação*).

2 — Aquando da designação do Fiscal Único é designado um suplente, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

3 — O exercício de funções no órgão de fiscalização é incompatível com a titularidade simultânea de cargos de administração ou de gestão corrente da fundação.

Artigo 11.º

Competências

Compete, designadamente, ao Conselho Fiscal (*ou Fiscal Único, conforme escolha*):

- a) Fiscalizar a gestão e as contas podendo, para o efeito, consultar a documentação necessária;
- b) Emitir parecer sobre o relatório e contas do exercício;
- c) Emitir parecer sobre o plano de atividades e orçamento para o ano seguinte;
- d) Emitir parecer sobre quaisquer outros assuntos que os órgãos da Fundação submetam à sua apreciação;
- e) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.

Artigo 12.º

Funcionamento

1 — A forma de funcionamento e o regime de deliberações do Conselho Fiscal são os previstos na lei.

2 — O Conselho Fiscal reúne ordinariamente com periodicidade (*mensal, trimestral ou outra*).

Conselho de Curadores

Artigo 13.º

Composição e designação

1 — O Conselho de Curadores tem funções meramente consultivas, competindo-lhe velar pelo cumprimento dos estatutos da fundação pelo respeito da vontade do fundador.

2 — A composição, o modo de designação dos membros e de funcionamento e a duração dos mandatos são fixados em regulamento interno a aprovar pelo Conselho de Administração.

Extinção e Destino dos Bens

Artigo 14.º

Extinção da fundação

1 — Para além das causas de extinção previstas na lei, a Fundação extingue-se (*indicar motivo*).

2 — O património remanescente após liquidação é entregue a uma associação ou fundação de fins análogos, por deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração, conforme vontade do instituidor expressa no ato de instituição (*escritura pública/testamento*).

ou, em alternativa:

2 — O património remanescente após liquidação é entregue (*indicar a entidade de fins análogos*).

209899096

SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Despacho n.º 11648-B/2016

O XXI Governo Constitucional, no seu programa para a saúde, estabelece como prioridade melhorar a qualidade dos cuidados de saúde e a governação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), introduzindo incentivos associados à melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços.

A Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho, que estabelece o conceito, o processo de identificação, aprovação e reconhecimento dos Centros de Referência Nacionais para a prestação de cuidados de saúde, constitui nos termos do seu artigo 8.º uma Comissão Nacional para os Centros de Referência.

A Comissão Nacional para os Centros de Referência avalia as necessidades de prestação de cuidados de saúde e identifica as grandes áreas de intervenção em que devem ser reconhecidos Centros de Referência, define os critérios específicos a que devem obedecer os candidatos ao reconhecimento e propõe ao membro do Governo responsável pela área da saúde a decisão de reconhecimento.

Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da referida Portaria, os membros da Comissão Nacional para os Centros de Referência são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde,

por um período de cinco anos, renovável, podendo cessar funções a todo o tempo.

Neste sentido, a referida Comissão desempenha um papel fulcral na implementação de uma nova dinâmica à prossecução das prioridades e objetivos delineados para a governação do SNS e para a prestação de cuidados de saúde de qualidade, e em especial para o processo de reconhecimento e avaliação periódica dos Centros de Referência Nacionais.

Com o objetivo de dar um novo impulso operacional à Comissão Nacional para os Centros de Referência e considerando ainda a importância de garantir uma efetiva articulação nesta área, com a reforma a desenvolver no SNS na área dos Cuidados Hospitalares, importa assim, designar uma nova Comissão.

Assim:

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho, designo como membros da Comissão Nacional para os Centros de Referência, cuja sinopse curricular consta do anexo ao presente despacho do qual faz parte integrante, os seguintes elementos:

a) Prof. Doutor Jorge Manuel de Oliveira Soares, que preside, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

b) Prof. Doutor Alberto António Moreira Caldas Afonso, como vice-presidente, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

c) Prof. Doutor António Carlos Megre Eugénio Sarmiento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

d) Prof. Doutor Luís António Marques da Costa, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

e) Prof. Doutor Pedro Luís de Oliveira Martins Pita Barros, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

f) Dr. Eduardo Manuel Barroso Garcia da Silva, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

g) Dr. José Alexandre Diniz, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

h) Prof. Doutor Júlio Fortunato Marques Soares Leite, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

i) Dr. Luís Manuel Barreto Campos, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

j) Prof.ª Doutora Maria do Carmo Fonseca, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho;

k) Dr.ª Maria de Lurdes Triana Esteves Gandra, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho.

2 — São revogados os Despachos n.ºs 13163-C/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 29 de outubro, e 10563-A/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 22 de setembro.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

27 de setembro de 2016. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Fernando Manuel Ferreira Araújo*.

ANEXO

Sinopses Curriculares

Jorge Manuel de Oliveira Soares

Diretor da Fundação Calouste Gulbenkian.

Professor Catedrático de Anatomia Patológica, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, 2004-2012 e da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa, 1996-2004.

Diretor da Delegação de Lisboa do Instituto Nacional de Medicina Legal, 2001-2003. Professor Catedrático convidado de Medicina Legal, Ética e Direito Médico da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, 2001-2003.

Diretor do Serviço de Anatomia Patológica, 2004-2009 e do Departamento de Patologia Morfológica, Instituto Português de Oncologia Lisboa, 1985-2001.

Chairman do Steering Committee do Pathology Group da Organization of European Cancer Institutes, 1997-1999, e Membro do *Executive Board*, 1995-2000.

Presidente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, 2003-2005, da Sociedade Portuguesa de Anatomia Patológica, 1997-99, e da Sociedade Portuguesa de Senologia, 2004-2006.

Académico Titular da Academia Portuguesa de Medicina e Secretário-Geral em 1997-2001.

Académico Correspondente da Real Academia Nacional de Espanha, 1999.

Membro do “Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida”, 2003-2006.

Membro da Comissão Científica das Ciências da Saúde da FCT, 2004-08 e Presidente do Conselho Científico das Ciências da Saúde da Vida, 2013-4.

Perito Nacional na União Europeia do 3rd Programme “Europe Against Cancer”, 1996-1998.

Autor de mais de duas centenas de trabalhos científicos das quais 80 % em revistas internacionais indexadas de patologia e de oncologia.

Alberto António Moreira Caldas Afonso

Nasceu em Felgueiras em 31 de dezembro de 1955, de nacionalidade Portuguesa e Brasileira.

Licenciatura em Medicina, Especialidade de Nefrologia Pediátrica. Efetuou estágio no Hospital de S. João, na Clínica Infantil La Paz Serviço de Nefrologia Pediátrica em Madrid; Estágio de longa duração no Serviço de Nefrologia Pediátrica no Hospital Neckar — Enfants Malades em Paris.

Obteve os graus de Professor de Pediatria e Doutoramento na Faculdade de Medicina do Porto.

Curso de Climatologia e Hidrologia em 1980, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Curso de Competência em Gestão em 2003 pela Ordem dos Médicos, Mestrado em Economia da Saúde, em 2002, na Universidade Católica do Porto; *Health Management-AESE-School of Business*-2008; Curso de Liderança pela *Insead Business School*, em Singapura (2014) e o *Medical Leadership Advocacy and Communication Course* pela Mayo Clinic na Flórida.

Professor Associado de Pediatria na Faculdade de Medicina do Porto no Centro Hospitalar de São João, Diretor do Serviço de Pediatria e Diretor do Centro Materno Infantil do Norte.

As suas principais áreas científicas de interesse estão focadas no desenvolvimento da doença renal, na nefropatia diabética e nos mecanismos moleculares da progressão da doença e proteção renal, estando integrado no Grupo de Investigação de Epidemiologia Perinatal e Pediátrica do Departamento de Epidemiologia da Universidade do Porto (ISPU-EPIUNIT).

Presidente da ESPN (Sociedade Europeia de Nefrologia Pediátrica). Representante português da Associação Médica Mundial, do Fórum Ibero-Americano de Entidades Médicas, Membro da Comissão Científica para as Boas Práticas Clínicas (Direção-Geral Saúde), Vice-presidente da Comissão para os Centros de Referência.

Está envolvido em inúmeros estudos clínicos e publicou mais de 100 artigos em reputadas revistas internacionais, onde se inclui a *New England Journal Medicine*, através de uma ampla variedade de temas relacionados com a nefrologia pediátrica.

António Carlos Megre Eugénio Sarmiento

Nasceu no Porto em 1955.

Qualificações:

Licenciatura em Medicina em 1978 (Faculdade de Medicina do Porto)

Doutoramento em 1992 (Faculdade de Medicina do Porto)

Agregação (Medicina Interna) em 2001 (Faculdade de Medicina do Porto)

Chefe de Serviço da Carreira Médica Hospitalar em 2002

Especialidade pela Ordem dos Médicos em:

Infeciologia em 1990

Farmacologia Clínica em 1988

Medicina Intensiva em 1996

Competência pela Ordem dos Médicos em:

Emergência Médica em 2003

Cargos atuais:

Diretor do Serviço de Doenças Infecciosas do Hospital de S. João, no Porto

Professor Catedrático convidado de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Membro do Conselho Geral da Universidade do Porto
 Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
 Presidente do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Médicos
 Presidente do Conselho de Saúde Militar (COSM)
 Membro do Conselho Editorial da Acta Médica Portuguesa
 Membro Executivo da Comissão Técnica de Vacinação da DGS

Publicações e comunicações:

É autor de 202 publicações em revistas nacionais e internacionais, sendo 165 em extenso. Destas, oitenta estão indexadas na PubMed. Quarenta e uma das publicações são capítulos de livros. É autor ou coautor de 600 comunicações. Destas, 296 são apresentações de resultados em reuniões científicas e 304 são apresentações como palestrante em congressos, cursos de pós-graduação e outras reuniões científicas nacionais e internacionais a convite dos organizadores.

Luís António Marques da Costa

Professor Associado da Faculdade de Medicina de Lisboa — Universidade de Lisboa. Investigador principal do Instituto de Medicina Molecular, sendo responsável pela Unidade de Pesquisa Clínica Translacional em Oncologia IMM desde 2007.

Diretor do Departamento de Oncologia do Hospital de Santa Maria — Centro Hospitalar Lisboa Norte. Presidente da Comissão de Coordenação Oncológica desde 2013, representa o Centro Hospitalar Lisboa Norte na Rede Nacional do Banco de Tumores. Desde 2015 é presidente da comissão instaladora do Centro de Investigação Clínica do Centro Académico de Medicina de Lisboa.

Na Faculdade de Medicina é Professor Coordenador da unidade de ensino de “Oncobiologia”.

Atua também como um perito para comentários das subvenções do Conselho Europeu de Investigação, da *Cancer Research UK*, do CAIBER (*Clinical Research Network Espanhola*), do Instituto Nacional do Cancro Francês, e da *Dutch Cancer Society*.

É Membro ativo da *American Society of Clinical Oncology*, da *European Society of Medical Oncology* e da *European Association for Cancer Research*.

É atualmente presidente da Associação Portuguesa para Investigação em Cancro.

Na investigação clínica, publicações e apresentações científicas têm focado principalmente as metástases ósseas, relacionadas com o cancro da mama e cancro da próstata e sobre outros tumores sólidos. Publicou vários artigos científicos internacionais (mais de 80) que discutem estes temas.

Pedro Luís de Oliveira Martins Pita Barros

Doutor em Economia.
 Professor Catedrático da Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa.

Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa Outros cargos:
 Presidente da *European Health Economics Association* (EuHEA) (desde 2013)

Membro do “Expert panel on effective ways of investing in Health” da Comissão Europeia (desde 2013)

Research Fellow do Centre for Economic Policy Research (Londres) (desde 1994).

Membro do *Editorial Board do Office of Health Economics* (Londres) (desde 2008).

Cargos anteriores:

De natureza científica:

Presidente da Associação Portuguesa de Economia da Saúde (1998-2000; 2009-2010)

Membro do Comité Executivo da *European Association for Research in Industrial Economics* (2000-2008)

Membro do Comité de Atribuição do *Arrow Award in Health Economics* (2005-2010). Vice-presidente do Comité (2006-2008). Presidente (2008-2010)

De natureza administrativa:

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (2009-2012; 2003-2005)

Vogal do Conselho de Administração da ERSE — Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (2005-2006)

Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa (2001-2002)

Distinções e Louvores:

Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, condecoração atribuída pelo Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, junho de 2005.

Medalha de Serviços Distintos, “grau ouro”, atribuída pelo Ministério da Saúde, abril de 2013.

Atividade académica:

Os interesses de investigação centram-se nas áreas de Economia da Saúde, Regulação Económica e Política de Concorrência.

Participação, com apresentação de trabalho científico, em numerosas conferências e seminários.

Editor-in-Chief da revista académica *International Journal of Health Care Finance and Economics*.

Membro do *Editorial Board* de revistas académicas (*Journal of Health Economics*, *Health Economics*, *Health Care Management Science*, *Portuguese Economic Journal*, *Ata Médica Portuguesa*, entre outras)

Outras atividades:

Consultor de empresas privadas, nacionais e estrangeiras, bem como de entidades públicas nacionais e Comunitárias, sobre aspetos de defesa da concorrência, regulação económica e organização de mercados em saúde, entre outros.

Eduardo Manuel Barroso Garcia da Silva

Nome Profissional: Eduardo Barroso

Data de Nascimento: Lisboa, 26 de janeiro de 1949

Atividade Clínica:

1973: Licenciatura em Medicina

1979: Especialista em Cirurgia Geral pela Ordem dos Médicos

1984/85 — Honorary Clinical Fellow in General Surgery and Transplantation (Universidade de Cambridge)

1994: Assistente Graduado Sénior

1994-2003: Diretor serviço do Serviço de Cirurgia do Hospital Fernando Fonseca

2008-2009: Diretor-Geral da AAST (Alta autoridade para os Serviços de Sangue e Transplantação do Ministério da Saúde)

Desde 2003: Diretor do Serviço de Cirurgia e Unidade de transplantação do Hospital Curry Cabral/Diretor do Centro Hepato-Bilio-Pancreático e de Transplantação, onde foram feitos mais de 1800 transplantes hepáticos, 1200 transplantes renais, e 50 reno-pancreáticos. O Centro realiza cerca de 500 cirurgias hepáticas por ano (3500 nos últimos 5 anos) e realizou mais de 650 cirurgias pancreáticas. É o maior centro nacional de cirurgia hepato-bilio-pancreática e de transplante hepático.

Desde 2014: Diretor da Área de Cirurgia do Centro Hospitalar de Lisboa Central Atividade Académica e Científica:

Desde 2005: Professor Associado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

2013: Doutoramento em Cirurgia pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade nova de Lisboa

Desde 2013: Regente da Unidade Curricular de Cirurgia geral da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Outros cargos relevantes:

1995/97 — Presidente da Sociedade Portuguesa de Transplantação
 1998/2002 — Membro da direção da ESOT (Sociedade Europeia de Transplantação)

2005/2011 — Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Hepatologia

2012 — Presidente eleito da ESA (*European Surgical Association*)

Desde 2016: Presidente da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Condecorações:

2005 — Grande Oficial da Ordem do Médico — Presidente Prof. Dr. Jorge Sampaio

2006 — “Compagnon Hepato-Biliaire” do Centro Hepato-Biliar do Hospital de Paul Brousse, Paris

2007 — Membro de Honra da Associação Francesa de Cirurgia

2009 — Honorary Distinction Award for «Outstanding Contribution in the field of liver diseases and liver surgery» IASGO, Beijing

2009 — Medalha de Ouro do Ministério da Saúde

2010 — Homenagem, Presidente da República — Presidente Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva

2010: Medalha de Mérito — Associação Portuguesa de Paramiloidose

2010 — Membro da Academia Francesa de Cirurgia

2010 — Medalha de Prata — Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Varzim

2010 — Doutoramento Honoris Causa pela Universidade de Aveiro

Autor ou coautor de mais de 100 artigos em revistas médicas nacionais e internacionais e de 4 capítulos de Livros

José Alexandre Diniz

Nasceu a 2 de março de 1952, em Lisboa.

É licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, membro do Colégio de Especialidade de Medicina Geral e Familiar da Ordem dos Médicos e possuidor do reconhecimento da Competência em Gestão de Serviços de Saúde pela Ordem dos Médicos.

Obteve o Grau de Generalista, mediante provas públicas, com a classificação final de 18 valores, o Grau de Consultor mediante concurso de habilitação e a Categoria de Chefe de Serviço da Carreira Médica de Clínica Geral, mediante provas públicas, obtendo a classificação final de 18,5 valores.

Obteve o Grau Académico de Mestre em Ética da Saúde, pela Faculdade de Teologia e pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, com a classificação final de Muito Bom e Máximo Louvor (*summa cum laude superavit*). Foi presidente da Comissão de Ética da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (2011).

Frequentou o Programa de Gestão Global para Quadros Dirigentes na Escola de Altos Estudos Comerciais da Universidade de Paris (HEC), estagiou em Cuidados Paliativos no Hospital Internacional da Universidade de Paris e realizou formação em Dinâmica de Equipas de Trabalho e Política de Saúde Pública no âmbito da formação para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e em Comitologia no Processo Político da Comunidade Europeia no âmbito do Instituto Europeu de Administração Pública. Integrou o Secretariado Europeu das Práticas de Saúde Comunitária, sedado em Bruxelas.

Desempenhou funções docentes, nomeadamente na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, na Universidade Católica e na Universidade Lusitana.

Participou em grupos de investigação e publicou e comunicou, no País e estrangeiro, vários trabalhos na área da saúde.

Participou, a nível local, regional e nacional, no estudo e apoio na definição, desenvolvimento e execução das políticas e estratégias gerais para a saúde, no apoio técnico à cooperação internacional na área da saúde, na orientação, coordenação e fiscalização das atividades no âmbito da qualidade clínica e organizacional, da segurança dos doentes, da gestão da doença, da inovação em saúde, da mobilidade internacional de doentes, da participação da sociedade civil, da prevenção e controlo de doenças, da prestação de cuidados de saúde e na conceção e coordenação executiva de programas de intervenção em saúde.

Representou o Ministério da Saúde e a Direção-Geral da Saúde em vários conselhos nacionais e comissões interministeriais, nomeadamente no Conselho Nacional Para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, no Conselho Nacional de Oncologia, na Comissão de Acompanhamento do Regime Jurídico da Doença, na Comissão para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde às Pessoas Idosas e às Pessoas em Situação de Dependência e na Entidade de Recurso Técnico Específico da Direção-Geral da Administração Pública.

Representou a nível internacional o Ministério da Saúde, nomeadamente no Comité de Cuidados Paliativos do Conselho da Europa, no Comité de Prevenção de Lesões da Comissão da Europeia, no Comité de Doenças Raras da Comissão Europeia, no Grupo de Alto Nível sobre Serviços de Saúde e Cuidados Médicos da Comissão Europeia, no Comité de Proteção Social do Conselho da União Europeia, no Painel de Consulta sobre Osteoporose da União Europeia e na discussão, no Conselho da União Europeia, da Diretiva 2011/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços e no *Board Europeu* das Redes Europeias de Referência, no âmbito da Comissão Europeia.

Foi Diretor do Centro de Saúde de Almeirim (1986-1991), Diretor de Serviços de Cuidados de Saúde da Administração Regional de Saúde de Santarém (1991-1994), Coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém (1994-1996) e Chefe de Divisão de Doenças Genéticas, Crónicas e Geriátricas (1997-2005), Diretor de Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde (2005-2008), Diretor de Serviços de Cuidados de Saúde (2008-2009) no âmbito da Direção-Geral da Saúde. É Diretor do Departamento da Qualidade na Saúde (2009-2016) da Direção-Geral da Saúde.

Júlio Fortunato Marques Soares Leite

Nasceu a 15 agosto de 1948, em Guimarães.

Carreira Académica:

Licenciatura em Medicina, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 1973

Doutoramento em 1990, Faculdade de Medicina de Coimbra. Tese: Proctocolectomia reconstrutiva com bolsa ileal: Estudo experimental e clínico.

Professor Associado em 1994

Provas de Agregação em 1995

Professor Catedrático de Cirurgia, Universidade de Coimbra, desde 2006.

Carreira Hospitalar:

Internato de Cirurgia Geral no Hospital Universidade de Coimbra (1978-1983)

Assistente Hospitalar de Cirurgia Geral em 1987

Consultor de Cirurgia Geral em 1991

Chefe de Serviço de Cirurgia Geral dos HUC em 1999

Atividade Profissional:

Chefe de Serviço de Cirurgia Geral (Serviço de Cirurgia A) do Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra

Membro do Colégio da Especialidade de Cirurgia Geral da Ordem dos Médicos, cédula profissional n.º 14677

Realizou cerca de 8000 intervenções, 5500 em cirurgia eletiva e 2500 em cirurgia de urgência.

Dedicação especial à Cirurgia Colorretal

Tem 80 trabalhos publicados, 11 em revistas internacionais indexadas.

Cirurgião Visitante:

St. Mark's Hospital, nov-dez 1984 e set-out 1987 (J. Nicholls, Peter Hawlay, R. Phillips)

Hammersmith Hospital, jan-fev 1985 (L. Blumgart)

Mayo Clinic, abril 1988 (J. Pemberton, Sidney Phillips)

Falk Clinic, maio 1988 (T. Starzl)

Professor Visitante:

London Hospital, junho 1993 (N. Williams)

Queen Elisabeth Hospital, julho 1993 (M. Keighley)

Washington University, St. Louis, USA, novembro 1998 (J. Fleshman)

Universidade Católica de Lovaina, Bélgica, março 2009 e maio 2014 (André D'Hoore)

Atividade Docente:

Professor Catedrático de Cirurgia: Regente da cadeira Propedéutica Cirúrgica e da cadeira de Cirurgia experimental (Faculdade de Medicina de Coimbra)

Coordenador da Comissão Científica do Projeto Multidisciplinar sobre Cancro do Reto em Portugal, Registo Nacional, organizado pela Sociedade Portuguesa de Cirurgia desde 2014

Membro do Conselho Editorial (nacional): Revista Portuguesa de Cirurgia

Membro do Conselho Editorial (internacional): *Member of Editorial Advisory Board of Colorectal Disease*, desde 2010

Membro das seguintes Associações Internacionais:

Collegium Internationale Chirurgiae Digestivae, desde 1988.

American Society of Colon and Rectal Surgeons, desde 1989.

European Association of Coloproctology, founder member, desde 2000.

European Society of Coloproctology, desde 2006

International Collaborative Group — Hereditary Non-Polyposis Colorectal Cancer, desde 1992.

InSIGHT (International Society for Gastrointestinal Hereditary Tumours), desde 2004.

American College of Surgeons, desde 2009

Outras Atividades:

Presidente da Sociedade Portuguesa de Coloproctologia (2008-2010)
European Society of Coloproctology (Representante Nacional 2005-2008)

Membro do *Editorial Board Colorectal Disease*, desde 2010

Presidente da Sociedade Portuguesa de Cirurgia (2012-2014)

Member of the Board of Trustees of European Society of Coloproctology, desde 2014

Fellow do American College of Surgeons, FACS

Fellow da American Society of Colon and Rectum Surgeons, FASCRS

Luís Manuel Barreto Campos

Funções atuais:

Diretor do Serviço de Medicina do Hospital S. Francisco Xavier/Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, desde 2006.

Presidente do Conselho Nacional para a Qualidade em Saúde, desde 2009

Consultor da Direção Geral de Saúde, desde 2009

Membro do Conselho Consultivo do Hospital Fernando da Fonseca, desde 2010

Membro da Comissão Técnico-científica do INEM, desde 2012

Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Ciências Médicas da UNL, desde 2013

Membro do Grupo de Peritos para o Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde 2012-2016, desde 2014

Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, desde 2016

Membro da Comissão para a criação de uma rede de Referenciação de Medicina Interna desde 2016

Membro do grupo de trabalho que está a preparar a estratégia nacional para a literacia e gestão do doente crónico, desde 2016

Funções anteriores:

Vice-Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, de 2014 a 2016

Membro do Conselho Médico da José de Mello Saúde de 2015 a 2016

Membro da plataforma Gulbenkian *Health for the Future* de 2013 a 2014

Membro do grupo de trabalho sobre terapêuticas biológicas da Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica, de 2013 a 2014

Membro do grupo de trabalho que elaborou o relatório de Portugal para o relatório da OCDE sobre “Geographic variations in Healthcare”, em 2014

Membro da Comissão de Acompanhamento da Reforma Hospitalar, de 2013 a 2015

Docente convidado da Escola Nacional de Saúde Pública, de 2011 a 2014

Membro da Comissão Científica para as Boas Práticas Clínicas, de 2011 a 2014

Coordenador Nacional do Registo de Saúde Eletrónico, em 2011

Coordenador Nacional do Núcleo de Estudos das Doenças Autoimunes da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, de 2003 a 2011

Consultor do Infarmed para a introdução de novos medicamentos, de 2007 a 2011

Consultor da José de Mello Saúde para os concursos de construção de novos hospitais em regime de PPP, de 2003 a 2009

Membro da Comissão Técnica de Apoio à Requalificação das Urgências, de 2006 a 2008

Diretor do Serviço de Urgência da Zona Ocidental da Área Metropolitana de Lisboa, no Hospital S. Francisco Xavier, de 2003 a 2006

Membro da *Task Force* da ARS de Lisboa e Vale do Tejo para o EURO, em 2004

Consultor da Agência de Acompanhamento dos Serviços de Saúde da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, de 1997 a 2000

Coordenador do Programa Qualidade da ARS Lisboa e Vale do Tejo de 1998 a 2000

Consultor do Governo de Macau, na área da Saúde, de 1997 a 1999

Coordenador da Comissão de Reestruturação das Urgências nos Açores, em 1988.

Adjunto da Direção Clínica do Hospital S. Francisco Xavier, de 1994 a 1996

Assistente da Faculdade de Ciências Médicas, de 1992 a 2013

Bolseiro da *British Council* no *Hammersmith Hospital*, em Londres, em 1986

Responsável pela supervisão das equipas móveis de Emergência do — Serviço “115”, da PSP de Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal, de 1984 a 1986

Responsável pelo Serviço de Medicina do Hospital de Lagos de 1981 a 1982

Presidente de várias comissões, em períodos diversos, a nível hospitalar

Cargos diversos na organização de reuniões científicas entre os quais foi Presidente do XXI Congresso Nacional de Medicina Interna, em 2015, Presidente do II Fórum Internacional sobre o Doente Crónico, em 2010, Presidente do I Congresso Nacional de Autoimunidade, em 2009, Vice-presidente do *6th International Congress on Autoimmunity*, em 2008, Presidente do I Fórum Internacional sobre o Doente Crónico, em 2006, entre outras.

Membro do Conselho Científico de várias revistas científicas nacionais

Realizou mais de 300 palestras

Autor de cerca de 280 comunicações e de 16 capítulos de livros

Coeditor do livro “Governação dos Hospitais” editado pela Oficina das Letras em 2009 e editor do livro “Protocolos em Medicina Interna” editado pela Lidel em 2012

Formação:

Mestrado em Gestão da Qualidade dos Serviços de Saúde, pela Universidade de Múrcia, em 2001

Pós-graduação em Direção de Serviços de Urgência pelo INDEG Business School ISCTE, em 2006

Especialista em Medicina Interna desde 1988 e Chefe de Serviço de Medicina Interna, desde 2005

Competências em Emergência Médica e em Gestão, Ordem dos Médicos, em 2003

Licenciatura em Medicina, pela Faculdade de Ciências Médicas da UNL em 1978

Maria do Carmo Fonseca

Nasceu a 9 de agosto de 1959. Em 1977 completou a Licenciatura em Medicina na Universidade de Lisboa e de imediato optou pela investigação na área da Biologia Celular, sob supervisão do professor David-Ferreira no laboratório por ele dirigido no Instituto Gulbenkian de Ciência. Terminado o Doutoramento, em 1988, obteve uma bolsa EMBO (*European Molecular Biology Organisation*) para trabalhar no Laboratório Europeu de Biologia Molecular em Heidelberg, na Alemanha. Voltou à Faculdade de Medicina de Lisboa em 1992 para liderar o seu próprio grupo de investigação.

Publicou o seu primeiro trabalho de investigação original em 1981, era ainda estudante na Faculdade. Hoje é autora de mais de 150 publicações internacionais, incluindo artigos originais, artigos de revisão e capítulos de livros, que perfazem mais de 7 mil citações (h index 48, *ISI Web of Knowledge — All Databases*).

Tem sido investigadora principal de inúmeros projetos financiados por agências nacionais e internacionais, incluindo várias redes europeias. É editora do *Journal of Cell Science* e do *Journal of Molecular Biology* e é regularmente convidada a avaliar artigos para revistas internacionais. É também regularmente convidada a avaliar projetos de investigação e participar em comissões consultivas a nível nacional e internacional.

É membro da *European Molecular Biology Organization* (EMBO) e da Academia de Ciências de Lisboa. O mérito dos seus trabalhos científicos tem sido reconhecido através da atribuição de vários prémios, nomeadamente o prémio de investigação Pfizer-Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (1981, 1989 e 2011); o prémio José Sala-Trepap Prize, Fondation de France (2002); o prémio Ibérico DuPont (2002); e o prémio Gulbenkian de Ciência (2007).

Na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, é Professora Catedrática em dedicação exclusiva desde 1988. Em 2013, foi galardoada com o Prémio Centenário atribuído pelos estudantes de Medicina no âmbito das comemorações do centenário da Faculdade.

No final da década de 1990, foi convidada, por um grupo de professoras da Faculdade, para coordenar o processo de candidatura e negociação com a Fundação para a Ciência e Tecnologia que culminou com a criação, no final de 2001, de um Laboratório Associado afiliado à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, que se viria a designar Instituto de Medicina Molecular (IMM). Desde então assumiu a Direção do IMM, sendo Presidente o professor João Lobo Antunes. Ao longo de pouco mais de 10 anos o IMM expandiu o número de investigadores de 100 para mais de 400 e tornou-se um centro de referência na investigação biomédica em Portugal, com uma crescente projeção internacional. Em 2014, após a jubilação do professor Lobo Antunes, assumiu o cargo de Presidente do IMM, passando a integrar o Conselho Diretivo do Centro Académico de Medicina de Lisboa e o Conselho Geral da Universidade de Lisboa.

Em 2009 foi nomeada Diretora, em Portugal, do Programa HMS-PT, uma parceria internacional financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. No âmbito deste programa, foi “*Visiting Professor*” em *Harvard Medical School* entre 2011 e 2013.

A atestar o seu reconhecimento social, foi galardoada com a Comenda Ordem de Sant’iago de Espada Ilustres Carreira (2001), o Prémio Pessoa 2010, o Prémio Femina 2011 por mérito na Ciência, a Medalha de Ouro do Ministério da Saúde 2012, e o Prémio D. Antónia Ferreira para mulheres empreendedoras 2013.

Maria de Lurdes Triana Esteves Gandra

Nascida a 1 de maio de 1959.

Concluiu a Licenciatura em Medicina em outubro de 1986.

Inscrita na Ordem dos Médicos em dezembro de 1986.

Obteve o grau de Assistente Hospitalar de Cirurgia Geral e o título de Especialista em Cirurgia Geral em março de 1995.

Inscreveu-se no Colégio de Cirurgia Geral em 27 de abril de 1995.

Obteve o Grau de Consultor da Carreira Hospitalar de Cirurgia Geral em janeiro de 2002.

Exerce a sua atividade clínica no Serviço de Cirurgia Geral do Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho (CHVNG/E).

Foi membro do Gabinete de Gestão de Risco de 2009 a 2012 do CHVNG/E.

Integra o Grupo SINAS do CHVNG/E.

É membro da Comissão Qualidade e Segurança do Utente desde 2014 do CHVNG/E.

Coordena desde 2008 o grupo de Colorretal do Serviço de Cirurgia Geral do CHVNG/E.

Nomeada Chefe de Equipa de Urgência desde 2008 no CHVNG/E.

Participou em palestras e mesas-redondas de vários eventos científicos.

Fez parte de diversos júris de concursos públicos.

Participou em comissões organizativas de eventos científicos, nomeadamente, Encontro Internacional de Cirurgia do Centro Hospitalar de Gaia, Congresso da Sociedade Portuguesa de Cirurgia e Congresso Nacional de Medicina da Ordem dos Médicos.

Foi membro da Direção da Sociedade Portuguesa de Cirurgia 2004-2010. Integra a Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Cirurgia desde então.

É membro da Sociedade Portuguesa de Colo-Proctologia.

É membro do Conselho Fiscal da Associação de Apoio ao Encontro Internacional de Cirurgia. Integrou a Comissão Nacional para os Centros de Referência conforme consta do Despacho 10563-A/2015.

É membro dos órgãos dirigentes da Ordem dos Médicos desde 1999:

Conselho Distrital do Porto 1999-2004, Conselho Regional Norte desde 2005, Conselho Nacional Executivo desde 2011, com o cargo de Secretária.

Foi membro colaborador da Revista da Ordem dos Médicos de 1999 a 2004.

Pertence à Comissão Editorial da revista Nortemédico desde 2005.

É Auditora Clínica pela DGS desde 2011.

Efetou a Pós-Graduação em Direito em Medicina pela Universidade Católica do Porto em 2009.

209897946

II SÉRIE

**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:**Endereço Internet: <http://dre.pt>****Contactos:****Correio eletrónico: dre@incm.pt****Tel.: 21 781 0870****Fax: 21 394 5750**